

Paper do NAEA Volume 28

Lazer na região norte do Brasil: as práticas cotidianas das diferentes classes sociais

André Henrique Chabaribery Capi¹

Mirleide Char Bahia²

Rita Maria Peloso Grasso³

Edmur Antonio Stoppa⁴

Hélder Ferreira Isayama⁵



RESUMO

Esse estudo é fruto de uma pesquisa financiada pelo Governo Federal que objetivou compreender três questões: o que o brasileiro faz como lazer? O que gostaria de fazer, mas não faz como vivência de lazer? E por que não o faz? Especificamente, nesse texto tivemos como objetivo abordar as vivências de lazer da população que reside na região norte brasileira considerando o recorte da categoria classe social. A amostra desta investigação foi composta pelos dados dos sujeitos residentes na região norte do território brasileiro com idade superior a sete anos de idade. O instrumento de coleta foi o questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas. Os resultados da pesquisa trazem aspectos que demonstram, especificamente, como as pessoas da Região Norte têm vivenciado o lazer, com as especificidades demarcadas pelas diversas classes sociais. Alguns indicadores da pesquisa evidenciam um maior acesso da classe A1 a diversas atividades de lazer, pois estas se tornam mais acessíveis devido as melhores condições financeiras e culturais, como é o caso das turísticas, que para esse grupo se destacou.

Palavras-chave: Lazer. Classes Sociais. Região Norte. Práticas.

1 Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Universidade Paulista (UNIP) e Universidade de Araraquara (UNIARA). Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: andrechacapi@gmail.com.

2 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

3 Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino. Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: ritapeloso13@gmail.com.

4 Docente da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP. Colíder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP). E-mail: stoppa@usp.br

5 Docente da UFMG e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Líder do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional da UFMG. Editor da Revista Licere. E-mail: helderisayama@yahoo.com.br.

ABSTRACT

This study is the result of a research financed by the Federal Government that aimed to understand 3 questions: what does the Brazilian do as leisure? What would you like to do, but not as a leisure experience? And why not? Specifically, in this text we had as objective to approach the leisure experiences of the population that resides in the northern Brazilian region considering the cut of the social class category. The sample of this investigation was composed by the data of the subjects residing in the northern region of the Brazilian territory older than 7 years of age. The collection instrument was the structured questionnaire, composed of open and closed questions. The results of the research bring aspects that demonstrate, specifically, how the people of the North Region have experienced the leisure, with the specificities demarcated by the different social classes. Some of the research indicators show a greater access of class A1 to several leisure activities, since these become more accessible due to the better financial and cultural conditions, as is the case of the tourist ones, which for this group stood out.

Keywords: Leisure. Social Classes. North Region. Practices.

INTRODUÇÃO

A compreensão do lazer como direito social a todas as pessoas no Brasil é resultado do reconhecimento desse tema como um fenômeno da sociedade moderna. O debate sobre o lazer no país é relativamente recente, e a década de 1970 é um marco para a produção de conhecimentos no campo⁶, entretanto, as pesquisas produzidas demonstram a relevância das experiências no tempo livre no cotidiano das pessoas.

O lazer, a partir da década de 1980, se torna um tema de investigação nas universidades brasileiras, fomentado, principalmente, na área da Educação Física. O interesse pelo tema disseminou a criação de grupo de estudos, cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu), eventos acadêmicos e produção de pesquisas, inclusive em diálogo com outras áreas de conhecimento, devido ao seu caráter interdisciplinar. Os estudos na área articulam o tema lazer com diferentes temáticas, tais como a educação, formação e atuação profissional, política pública, aspectos sociais, gênero, faixa etária, saúde, esporte, arte, entre outras discussões. Esse esforço da academia na produção do conhecimento é relevante para contribuir com as ações que propiciem a democratização do acesso ao lazer, que é um direito social previsto na Constituição de 1988.

Desde 2003, o estado brasileiro, na esfera federal, desenvolve uma série de ações, via Ministério do Esporte (ME)⁷, a fim de tornar o esporte recreativo e o lazer acessível à população brasileira. Destacamos nesse processo a criação de uma secretaria para promover programas de esporte recreativo e lazer, eixos temáticos nas conferências nacionais de esporte, proposição da rede CEDES⁸ para fomentar a pesquisas.

Assim, por intermédio de uma pesquisa induzida pela Rede CEDES do Ministério do Esporte, nove Universidades Brasileiras desenvolveram a pesquisa “O Lazer no Brasil: Representação e Concretização de Vivências Cotidianas”. Realizada a partir de 2015, o objetivo da pesquisa foi conhecer o lazer do brasileiro buscando compreender três questões: o que o brasileiro faz como lazer? O que gostaria de fazer, mas não faz como vivência de lazer? E por que não o faz? Esta pesquisa foi realizada de modo a colaborar com o levantamento e análise de dados para subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, como também, fomentar outras investigações na área a partir da exploração do banco de dados da pesquisa.

6 Foi na década de 1970 que o sociólogo francês Joffre Dumazedier iniciou uma série de atividades no país e disseminou um novo olhar embasado na sociologia empírica do lazer. O autor lançou diversos livros que foram traduzidos para a língua portuguesa, dentre elas: Questionamento teórico do lazer (1975); Lazer e cultura popular (1976); Sociologia empírica do lazer (1978); Valores e conteúdos culturais do lazer (1980), dentre outros.

7 Na gestão atual (2019-2022) do Governo Federal, o Ministério do Esporte deixou de existir e sua estrutura passou a integrar o Ministério da Cidadania como uma de suas secretarias, a Secretaria Especial do Esporte (SEE). No entanto, é importante destacar que essa Secretaria manteve a estrutura anteriormente existe, com as mesmas secretarias e cargos.

8 É a sigla que representa os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, que foi criada para fomentar a produção e difusão do conhecimento dos programas sociais e da política pública na área de esporte e lazer. A publicação de todas as pesquisas realizada pela rede encontra-se disponível no Repositório Institucional que é organizado pelo LaboMidia/UFSC (<http://www.labomidia.ufsc.br/redecodes/>) que tem a responsabilidade de implantar e administrar o projeto de informação/documentação esportiva.

Esse artigo é fruto do recorte dessa pesquisa e o objetivo foi utilizar os dados que retratam as vivências do lazer das pessoas de diferentes classes sociais residentes na região norte do país.

A concepção de classe social se baseia na perspectiva de utilização do termo para dar a ideia de que existem abismos sociais, ou seja, indivíduos e grupos possuem diferenças entre si e ocupam lugares díspares na sociedade. O fator financeiro é uma das características marcantes na definição de uma classe social, no entanto, para Souza (2003) existem outros fatores e parâmetros que definem também essa divisão como, por exemplo, a formação dos seres humanos, os estímulos e as oportunidades auferidas nos primeiros anos de vida.

No Brasil há, pelo menos, três conjuntos bem demarcados de estudos de classes sociais. Os dois primeiros apoiados nas perspectivas neoweberiana e neomarxista, que focalizam a construção de esquemas de posições de classe, baseados em critérios objetivos, de acordo com a teoria, fundamentados e determinados a priori, a fim de investigar as implicações das afinidades de classe sobre as chances de vida dos indivíduos (RIBEIRO, 2011; SANTOS, 2011). Outro conjunto de estudos traz em seu bojo, a investigação sociológica que distingue, nas classes sociais, agentes coletivos de disputa e/ou transformação da ordem social vigente. Todos eles são moldados pela tradição marxista, que trazem no cerne da investigação, a tentativa de juntar economia e política, ou seja, os processos políticos, de um lado, e a ação e os interesses das classes sociais, de outro (BOITO JR.; GALVÃO, 2012).

Para Souza (2003), no Brasil “moderno”, o debate sobre a luta de classe é encoberto, camuflado, a fim de naturalizar as diferenças, as desigualdades existentes entre as classes. Para entendermos melhor a divisão de classes na sociedade, é imprescindível compreendermos o conceito de estratificação social. Os estudos sobre a estratificação social têm como referência principal as teorias de Karl Marx e Max Weber, mesmo que elas tenham abordagens diferenciadas. Para Weber (1971), a sociedade pode ser estratificada com base em três aspectos: econômico, social e político, que por sua vez se ramificam em diferentes conceitos. Neste sentido a distinção de classe social baseia-se no critério econômico, todavia os chamados estamentos⁹ se configuram por meio da distinção social que os indivíduos adquirem no meio em que vive (status, importância da qual o indivíduo é oriundo).

E por fim, o terceiro componente definido por Weber (1971), é a política que também origina grupos com prerrogativas em comparação aos demais, possibilitando algum tipo de desigualdade. O autor não vê o trabalho (sob a perspectiva da economia) como o aspecto mais importante para a estratificação social, porque segundo seus estudos, os estratos na sociedade são formados pela junção/união dessas diversas ordens. Divergindo das ideias de Weber, Marx (1978), afirma que a estratificação social se baseia no sistema de classes, dividido, sobretudo, entre a burguesia e o proletariado. Sua teoria está centrada nos estudos econômicos, bem como, nos aspectos sociais da economia e seus efeitos.

Na contemporaneidade a estratificação social universal é classificada em três grupos: classe alta, classe média e classe baixa, todavia, de acordo com o país e o seu padrão econômico e social, as classes sociais podem ser subdivididas. No Estado brasileiro, a classificação dos indivíduos adotada para as diferentes classes sociais, utiliza o critério desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (ABEP).

9 Conjunto de pessoas que desempenha uma mesma função social ou que possui a capacidade de influenciar certo setor, por exemplo, o estamento ideológico.

Na pesquisa “O Lazer no Brasil: Representação e Concretização de Vivências Cotidianas” dividimos a população em classes sociais, a partir do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), vigente em 2013 e que estimava o poder de compra da população brasileira. Essa classificação faz a divisão do mercado em classes econômicas definidas como A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E, por meio da somatória de pontos relativos à posse de itens e grau de instrução do(a) chefe de família (ABEP, 2008).

Esse sistema enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas e a divisão de mercado definida pelas entidades é, exclusivamente, de classe econômica. O Sistema de Pontos considera a Posse de Itens (Televisão em cores; Rádio; Banheiro; Automóvel; Empregada mensalista; Aspirador de pó; Máquina de lavar; Videocassete e/ou DVD; Geladeira; Freezer) e o Grau de Instrução do Chefe de família (Analfabeto/Primário incompleto; Primário completo/Ginásial incompleto; Ginásial completo/Colegial incompleto; Colegial completo/Superior incompleto; Superior completo).

Este critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias [...] é de fundamental importância que todo o mercado tenha ciência de que o CCEB, ou qualquer outro critério econômico, não é suficiente para uma boa classificação em pesquisas qualitativas. Nesses casos deve-se obter além do CCEB, o máximo de informações (possível, viável, razoável) sobre os respondentes, incluindo então seus comportamentos de compra, preferências e interesses, lazer e hobbies e até características de personalidade. Uma comprovação adicional da conveniência do Critério de Classificação Econômica Brasil é sua discriminação efetiva do poder de compra entre as diversas regiões brasileiras, revelando importantes diferenças entre elas (ABEP, 2003, p. 3-4).

De acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), a Renda familiar por classes estaria distribuída, conforme demonstra o quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1: Renda Média Familiar por Classes Sociais

CLASSE	PONTOS	RENDA MÉDIA FAMILIAR (R\$)
A1	30 a 34	7.793
A2	25 a 29	4.648
B1	21 a 24	2.804
B2	17 a 20	1.669
C	11 a 16	927
D	6 a 10	424
E	0 a 5	207

Fonte: ABEP, 2003.

Além da ideia de classes sociais, a concepção teórica de lazer adotada segue a mesma proposta no projeto-base, na qual o lazer é entendido como “cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É

fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 2011, p. 31).

A opção por estudar o lazer na região norte do país, considerando a classe social das pessoas, tem relação com a inexistência de estudos nesse contexto. Também entendemos, que explorar e aprofundar a análise desse aspecto possibilita aos pesquisadores e gestores dos estados e municípios se apropriar desse conhecimento para orientar suas ações no processo de democratização do acesso ao lazer da população que vive nessa região.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A REGIÃO NORTE

A região Norte é a maior entre as demais regiões do país em área territorial¹⁰, no entanto, apresenta a menor densidade demográfica. É composta por 7 (sete) estados, com suas respectivas capitais, que são: Acre (Rio Branco); Amazonas (Manaus); Amapá (Macapá); Roraima (Boa Vista); Rondônia (Porto Velho); Pará (Belém) e Tocantins (Palmas). Atualmente tem uma população de 18.16 milhões de habitantes e, dentre todos os estados, o estado do Pará é o que possui a maior população, com aproximadamente oito milhões de habitantes¹¹.

Até o século XVI, parte da região Norte só era conhecida pelas expedições dos bandeirantes, que tinham como objetivo principal, aprisionar os indígenas e vendê-los como escravos para as zonas canavieiras do nordeste brasileiro. No século seguinte (XVII), os jesuítas tentaram catequisar os índios, assim como, a coroa portuguesa defendeu o território de ameaças estrangeiras, fundando vários fortes, e houve o início do povoamento de algumas cidades. Ao final do século XIX, deu-se início aos ciclos econômicos, que caracterizaram sobremaneira a economia da região, dentre estes, o ciclo da borracha, com a exploração do látex¹² (SARGES, 2010; BAHIA, 2012).

O crescimento das cidades amazônicas, especialmente de Belém e de Manaus, teve impulso a partir da economia extrativista da borracha, em fins do século XIX e início do século XX, mais precisamente no período entre 1840 e 1920. O processo de modernização aconteceu a partir da segunda metade do século XIX, em função do enriquecimento de certos setores sociais da região com a produção da borracha, a partir de 1840, como parte do processo de inserção da Amazônia na economia mundial, transformando a paisagem urbana aos moldes de cidades europeias (SARGES, 2010; BAHIA, 2012).

Sarges (2010, p. 20) demonstrou que, em função da economia que se instalava nessas cidades, chegavam novos contingentes, resultando numa ampliação e modificação na paisagem do urbano das mesmas, “ocorrendo modificações na paisagem como o calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças etc.”.

10 Segundo dados do IBGE (2010), a área territorial é de 3.869.638 km².

11 https://www.suapesquisa.com/geografia_do_brasil/populacao_norte.htm. Acessado em março de 2019.

12 <https://www.todamateria.com.br/regiao-norte/>: acessado em fevereiro de 2019.

O capitalismo e a modernidade se refletiam na estrutura urbana de Belém e de Manaus, seguindo o modelo de urbanismo moderno da Europa, com características de uma época conhecida como Belle Époque, materializados em construções de boulevards, de praças, de jardins, de bosques e a abertura de longas e largas avenidas. Mas, esse “progresso” era visivelmente direcionado apenas à área central das cidades (Belém e Manaus), onde geralmente quem habitava era a elite local e parte da classe média em crescimento (BAHIA, 2012).

Com a queda da comercialização da borracha, em função de vários fatores – “grande rentabilidade da heveicultura do Oriente; a falta de uma classe política local que brigasse pelos interesses da região; o descaso do Poder Central e as vultuosas remessas de lucro para o exterior” (SARGES, 2010, p. 133), há uma transformação na configuração da região amazônica e suas principais metrópoles, Belém e Manaus, veem seu crescimento econômico e sua importância decrescerem no cenário nacional e internacional.

Nesse período, entre 1920 e 1960 há uma estagnação econômica, mantendo-se pouco contato comercial com o exterior e, com a queda do destaque para a borracha, a produção econômica fica restrita à produção de juta e castanha-do-pará. De acordo com Trindade Junior (1998), em consequência disso, também se verifica uma estagnação urbana, com um crescimento urbano limitado às cidades do Médio Amazonas.

Castro (2006) aponta que a intervenção estatal ocorrida nesta década, por meio de um projeto político de integração, interferiu diretamente na urbanização da Amazônia e no desenvolvimento de sua fronteira urbana, por meio de políticas de incentivo e financiamento da migração para a região e da construção de grandes empreendimentos e o estabelecimento de uma nova dinâmica espacial. Segundo Bahia (2012), a partir dessas transformações, houve um crescimento e um dinamismo centrado em cidades situadas às margens das rodovias – e não mais voltado às cidades ribeirinhas, resultando numa urbanização concentrada nas capitais estaduais.

Castro (2006) e Trindade Junior (1998) relatam que a partir da inauguração da Rodovia Belém-Brasília, na década de 1960, e da Transamazônica, na década de 1970, adotou-se uma série de medidas que se caracterizaram como estratégias de integração da região com a economia do Centro-Sul, repercutindo significativamente na configuração dos espaços intraurbanos da Amazônia, contribuindo para o aumento populacional da região e para o processo de metropolização das cidades.

A região Norte, por suas especificidades geográficas e seu tardio desenvolvimento, carrega ao longo de sua história uma concentração populacional de seus territórios na área urbana e às margens dos seus rios, acarretando inúmeras dificuldades que limitam sobremaneira o crescimento e desenvolvimento de sua população. Ainda que seja a maior região em termos de superfície, as estatísticas apontam que a região tem uma densidade demográfica baixa, calculado em 4,7 km².

Não obstante possuir recursos naturais incalculáveis (animal, vegetal e mineral) a região enfrenta, historicamente, inúmeras dificuldades vividas por praticamente todos os 7 estados que a compõe como, por exemplo, a qualificação de suas infraestruturas urbanas, em aspectos como as redes de esgoto e de água tratada. Tais fatores fazem com que a região ainda seja considerada pobre e atrasada, se conferidos os seus índices de PIB¹³ e de IDH, principalmente em itens como a educação, considerados os mais baixos níveis de escolaridade de todo o país.

13 Em 2017, o PIB da região norte girava em torno de 6,1% do nacional. IBGE/2017: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2019.

Esses dados se refletem na vida cotidiana dos moradores das cidades da Região Norte e em suas condições de cidadania, com defasagem em diversos aspectos como, por exemplo, nas políticas de saúde, de transporte, de saneamento, de educação, de democratização de espaços públicos e de esporte e lazer, mas também como possibilidades de resistência às condições cotidianas.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA E DADOS ENCONTRADOS NA PESQUISA

A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, realizada pela técnica de survey, por levantamento amostral, com os dados coletados por intermédio de entrevistas pessoais, presenciais, em pontos de fluxo, nas cidades previamente sorteadas para compor a amostra.

A amostra desta investigação foi composta pelos dados dos sujeitos residentes na região norte do território brasileiro com idade superior a sete anos de idade. Para definir a amostra desta e demais regiões o estudo ampliado considerou as cotas representativas da população de acordo com as variáveis de cada região. Além disso, consideraram em cada estado cotas de sexo, idade, escolaridade e renda.

Segundo Stoppa e Isayama (2017) a pesquisa, “O Lazer no Brasil: Representação e Concretização de Vivências Cotidianas” possui um erro amostral máximo de 2% para o país e nível de confiança de 95%. Em relação à região norte, o erro amostral é de 6,9% para mais ou para menos.

O instrumento de coleta foi o questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, no entanto, nossa análise se restringe a relacionar e analisar as respostas de quatro perguntas estruturadas: O que faz como obrigação? o que faz no fim de semana? o que gostaria de fazer no tempo livre? por que não faz no tempo livre?, classificadas como hábitos relacionados aos usos do tempo livre cruzados com a categoria classe social.

Entendemos que o retrato da desigualdade socioeconômica no Brasil está relacionado a má distribuição de renda, nível de instrução e acesso ao trabalho, situações que refletem no modo de vida das pessoas. Segundo Andrade e Marcellino (2011, p. 2) o acesso das pessoas as experiências de lazer têm estreita relação com as “maneiras de habitar, de se deslocar, de obter renda, de usufruir serviços básicos, de se relacionar com o espaço urbano, variam de acordo com a condição financeira do cidadão, sua origem, sua idade, seu sexo, dentre outros fatores”.

Em virtude da quantidade de cruzamentos entre diversas categorias de análise, gerando uma quantidade bastante significativa de informações, neste texto foi necessário escolher opções em relação a algumas destas, tendo sido elencadas, para cada uma das quatro perguntas descritas, as informações referentes às classes sociais e da população da região norte do Brasil. A seguir, é possível ver o detalhamento das informações e a análise do que demonstram os dados.

A primeira pergunta “O que faz como obrigação?” demonstra os resultados na Tabela 1, a seguir:

VARIÁVEIS	A1 %	A2 %	B1 %	B2 %	C1 %	C2 %	D %	E %
Trabalho	125	75,2	65	57,5	53,4	44,4	44,9	42,8
Estudo		31,8	33,7	34,7	32,3	28,8	20,3	
Família	50	24,4	34,4	29	27,7	31,5	34,7	57,1
Afazeres Domésticos	25	36,1	41,6	51,5	54,2	60,1	60,2	42,7
Religião		4,2	5,7	6,6	6,1	6,1	5,7	7,1
Trabalho Social		4,2	1,7	0,9	0,3	0,1	0,3	7,1
Comp. Político/Social		1,4	1	0,8	0,3	0,1	0,3	
Outros		7,1	5	3,3	6,7	3,6	6,7	7,1

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Quando questionados sobre o que fazem de obrigação espontânea, em todas as classes sociais predomina o trabalho, com diferença representativa das classes mais alta A1, A2 até em relação à classe E, com diferença de 200%.

O item “Estudo” não é destacado pelas classes A1 e E, enquanto para as demais classes (A2, B1, B2, C1 e C2) os dados são semelhantes e menos destacado pela classe D. Por outro lado, a família como obrigação espontânea é destacada por todas as classes aparecendo com mais destaque nas classes E e A1, com 57,1% e 50%, respectivamente.

Os afazeres domésticos são destaque nas classes C2, D, C1, B2, E e B1 (variação de 60,2% a 41,6%), enquanto nas classes mais altas, aparecem com menor representatividade (A1 = 25% e A2 = 36,1%). Essa diferença tem relação com a possibilidade de as pessoas das classes mais abastadas economicamente terem condição de contratar profissionais para realizarem as tarefas domésticas. No entanto, o fato de todas as classes apontarem o trabalho doméstico como atividade espontânea poderia ter relação com o prazer na execução dessas tarefas.

Em relação à outra esfera de obrigação da vida cotidiana, a religião não é destacada como obrigação espontânea somente na classe A1. Nas demais classes foi citada de maneira bem discreta. Essa baixa representatividade da religião como obrigação espontânea reforça o caráter de obrigação da religião na vida das pessoas, talvez por entenderem os espaços formais onde ocorrem as cerimônias religiosas, em qualquer vertente, seja compreendida como local especificamente de devoção e fé. Nesse contexto as pessoas deixam de considerar as festividades promovidas nos diferentes grupos religiosos como atividade espontânea.

O trabalho social como obrigação espontânea não aparece na classe A1 e tem um pequeno destaque nas classes A2 e E, com mais representatividade nesta última. Segundo Hiendlmayer, Sette e Carvalho (2018) o trabalho social está ligado às instituições religiosas, com temas sociais, tais como a saúde, a educação, a ação comunitária e a defesa de direitos civis. Para esses autores, as pessoas realizam esses trabalhos por diferentes motivos, que vão desde a busca para desenvolver valores pessoais, o autoconhecimento, a melhoria da autoestima e as preocupações com a comunidade, até a busca pela apreciação e reconhecimento do trabalho realizado. Esses aspectos podem elucidar porque são as pessoas das classes A2 e E que se engajam nessas ações. Os da classe A2, buscando o crescimento pessoal e da E, a preocupação com a comunidade.

As categorias “Compromisso político e social” também apresentaram dados com pouca representatividade como obrigação espontânea. A questão política pode ter relação com a obrigatoriedade de todo cidadão ter que votar nos períodos eleitorais, seja no âmbito de eleger os representantes nas diferentes esferas do governo (municipal, estadual e federal), ou mesmos, nos processos de escolha dos representantes de associações de diferentes classes (clubes, entidades profissionais) até eleições de condomínio de moradia.

A segunda pergunta “O que faz no fim de semana?” tem relação com a possibilidade da população ocupar o tempo livre, de usufruto de direitos trabalhistas conquistados historicamente, com atividades de lazer.

A promulgação do decreto-lei nº 5.452, em 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebida como um avanço nas relações sociais brasileiras e um passo decisivo para o desenvolvimento econômico, social e humano da classe trabalhadora.

Segundo Pinto (2009), a CLT dispôs sobre um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); intervalo para repouso/alimentação no trabalho (art. 71); remuneração para repouso semanal (art. 67 a 69), feriados (art. 70) e férias (art. 129 a 153).

Como resultado de uma longa batalha social, a conquista de direitos representou o reconhecimento do indivíduo como cidadão. Ao lado dos direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais passam a constar na agenda internacional, sendo considerados uma prerrogativa essencial de respeito à vida e à dignidade humanas (BAHIA, 2012).

Entre as conquistas trabalhistas, o tempo no fim de semana se configura como um direito legal adquirido, que deve ser usufruído. Mas como será que o cidadão brasileiro vivencia esse tempo no fim de semana, diante das necessidades humanas e da carga de trabalho cada vez mais aumentada? É o que demonstra a Tabela 2, apresentando os dados da questão sobre o que as pessoas fazem no fim de semana.

Tabela 2: O que as pessoas fazem aos finais de semana por classe social

VARIÁVEIS/CLASSES	A1%	A2%	B1%	B2%	C1%	C2%	D%	E%
Ócio		4,2	2,4	2,4	4,9	6,7	2,9	21,3
Turístico	125	56,2	55,3	43	37,4	28,3	21,5	
Físico-esportivo		49	43	49,1	44,1	38,5	30,1	
Artístico		22,9	24,1	18,4	15,7	11,6	5,7	7,1
Social	25	73,5	76,1	64,5	62	60,2	62,4	107
Manual		1,4	1	1,1	1,3	1,8	0,6	7,1
Intelectual		4,2	4,5	4,4	4,9	1	0,3	
Outros	25	30,1	64	57	63,2	53,9	58,2	14,2
Qualificação: estudo, cursos		4,2	2,4	0,4	0,1	0,6	0,3	

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

As opções que mais se destacaram na opinião das pessoas em relação ao que fazer aos finais de semana foram, respectivamente, as atividades sociais, físico-esportivas e turísticas. Todas as classes também destacaram outras situações. Sobre as atividades sociais a demanda da classe E representou 107%, B1 76,1%, A2 73,5%, B2 64,5%, C1, C2 e D aproximadamente 62% e a

classe A1 com menor índice, 25%. Essa menor representatividade da classe A1 nas atividades sociais têm relação com a possibilidade de acessar outras atividades que se tornam acessíveis devido a melhor condição financeira e cultural, como as turísticas, que para esse grupo se destacaram com 125% das respostas. Em relação às atividades turísticas, tal opção não foi apontada pela classe E, enquanto as classes A2 e B1 apontaram, aproximadamente, 56% de interesse, seguido por B2 com 43%, C2 com 28,3% e D com 21,5%.

Quase todas as classes sociais apontam o Turismo como uma atividade vivenciada, com algumas diferenças em seu acesso, conforme as condições financeiras. A restrição do acesso às práticas da atividade turística da classe E pode apontar para uma falta de recursos para acessá-las. Cacho e Azevedo (2010) destacam, além do fator econômico, a falta de disponibilidade de tempo para as práticas turísticas.

Figueiredo e Nóbrega (2015) consideram o Turismo como processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem. Não é apenas o deslocamento que define o Turismo, mas também as experiências produzidas e possibilitadas por esse deslocamento, pelo tempo e espaço.

Segundo Oliveira (2008), para a atividade turística se tornar mais acessível é necessário desenvolvimento de ações educativas, de sensibilização e de formação de pessoas de maneira integrada, em localidades que tenham potencial para serem pensadas e planejadas para se explorar seus diferentes atrativos para o turismo. Além disso, deve-se pensar numa Política de democratização do turismo pelo Poder Público.

De acordo com Hamoy (2018), o turismo se mantém da diversidade das culturas e das diferentes expressões e modos de vida dos seres humano. Portanto, deve ser pensado não apenas como uma possível solução para a economia, mas como um fenômeno social que leva em consideração as atividades praticadas pelas populações locais, utilizando-se do meio natural a favor da atividade (GALLERO, 1996) e deve respeitar a resiliência ambiental, social e cultural.

O turismo surge como estratégia de superar as tensões geradas pelo cotidiano de trabalho e vida urbana, além de possibilitar novas experiências e conhecimentos. Para acontecer, o turismo exige deslocamento e conta com inúmeras e variadas matérias-primas, que juntas formam um sistema¹⁴ para atender ao turista. Enquanto produto social, vem ao longo do tempo se redefinindo espacial e temporalmente (HAMOY, 2018, p. 59).

Outros conteúdos como as atividades físico-esportivas e intelectuais não foram destacadas como opções pelas classes A e E. Entre 43% a 49% dos entrevistados das classes A2 até a C1 as atividades físico-esportivas foram citadas como práticas vivenciadas aos finais de semana, enquanto as classes C2 e D representou 38,5% e 30,1% das respostas, respectivamente.

O acesso às atividades artísticas, não foi relatado pelos entrevistados da classe A1, enquanto 24,1% da B1, 22,9% da A2, 18,4% da B2, 15,7% da C1, 11,6% da C2, 5,7% da D e 7,1% da E responderam que participam de ações ligadas a essa manifestação aos finais de semana.

A opção outros foi relatado por todas as classes, com destaque para as B1 (64%), C1 (63,2%), D (58,2%), B2 (57%) e C2 (53,9%) que apresentou um alto índice. Talvez isso possa ter relação com a dificuldade das pessoas em atrelar as atividades realizadas como prática de lazer, ou mesmo, escolherem o fazer nada, por falta de opção e iniciativa para ocuparem o tempo livre.

Sobre o Sistema Turístico (SISTUR) ver BENI, M. Análise Estrutural do Turismo. 11. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

Souza (2003), em um estudo sobre as classes sociais no Brasil, afirma que a classe alta e a média detentora do conhecimento e dos bens culturais, usufrui de um poder financeiro que lhe permite um acesso maior e melhor ao consumo. Neste sentido, o resultado da pesquisa reproduz e confirma essa desigualdade. Esses fatores demonstram o quanto ainda precisamos avançar em ações educativas para o lazer.

Outro fator que pode limitar as pessoas a acessarem o lazer aos finais de semana e o porquê de não fazerem atividades no tempo livre pode ter relação com a falta de tempo. Observamos esse aspecto ao analisar os dados da pergunta “Por que não o faz no tempo livre?”.

Diante do cenário em que a sociedade se depara, torna-se interessante mapear as razões que fazem com que as pessoas não consigam concretizar seus desejos de escolha do que fazer em seu tempo livre. A Tabela 3 demonstra esse panorama.

Tabela 3: Porque as pessoas não fazem atividades no tempo livre

VARIÁVEIS	A1%	A2%	B1%	B2%	C1%	C2%	D%	E%
Tempo	50	50	50,8	43,9	37,3	28,2	18,9	35,7
Espaço/Local		5,7	6,8	9,1	10,8	12,3	5,4	21,4
Saúde		1,4	3,5	2,1	3,1	4,7	7,2	7,1
Dinheiro/Recursos Financeiros	25	12,9	21,7	28,5	32,1	37	42,3	35,6
Outros		23,1	17	17,1	18,3	15,4	16,1	
Nada, faz que gostaria		10,1	7,2	8,2	6,9	7,6	10	7,1
Não sabe, não respondeu	25	5,7	2,1	2,5	2,3	3,2	6,8	

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Todas as classes apontam a falta de tempo como um aspecto que as impedem de fazer atividades no tempo livre. A classe D aparece com o menor índice com 18,9%, nas demais, esse valor é mais expressivo, pois 50% dos entrevistados das classes A1, A2 e B1 destacam a falta de tempo. Em seguida vem a B2 com 43,9, C1 37,3%, C2 28,2% e a E com 35,7%. Segundo Marcellino (2006) essa restrição de tempo para prática do lazer tem relação com a necessidade de grande parcela da população ter que trabalhar aos finais de semana.

Essa valorização em ocupar até o tempo dos finais de semana com atividades profissionais está atrelada ao fator econômico. As pessoas de baixa renda utilizam o tempo dos finais de semana, feriados, férias e, até o horário de intervalo entre as jornadas de trabalho para desenvolverem outro trabalho formal ou informal com o propósito de obter uma renda extra. As pessoas das classes socioeconômicas mais privilegiadas, também valorizam o trabalho, extrapolando a carga horária mensal e semanal máxima prevista pela CLT em 44 horas com o objetivo de acumular dinheiro, ampliar o patrimônio ou consumir bens e serviços como forma de reconhecimento social. Essa reflexão vai ao encontro dos dados apresentados por Forjaz (1988) que afirma que todas as classes sociais dedicam mais que 8 horas diárias de trabalho e, ainda, 20% das pessoas, independentemente da classe social, trabalham no fim de semana.

A falta de dinheiro é o segundo ponto destacado pelos entrevistados como limitador para não praticarem atividade no tempo livre, independentemente da classe social. O que se

verifica na tabela é que essa limitação se destaca mais nos entrevistados das faixas menos favorecidas (D - 42,3%, C2 - 37%, E - 35,6%, C1 - 32,1% e B2 - 28,5%).

A classe A1 não apontou o espaço como problema para a prática do lazer. Entretanto é uma das barreiras para as demais classes. Para Marcellino (2006), Melo (2008) e Brenner, Dayrell e Carrano (2008) a limitação aos espaços de lazer tem relação com os aspectos econômicos e culturais, local de moradia, pois a maioria dos equipamentos de lazer estão concentrados nas regiões centrais das cidades, enquanto na periferia as pessoas não contam com as mínimas condições para a prática de lazer. Esses estudos também destacam a escassez de espaços para os folguedos, jogos e brincadeiras infantis, devido à violência urbana e a especulação imobiliária. A primeira situação dificulta as pessoas de realizarem essas práticas nas ruas por medo de roubo, excesso de circulação de veículos, exposição às drogas. Já a segunda porque as áreas centrais onde poderiam ser construídos centros culturais, praças e parques se tornam locais para empreendimentos comerciais, como as grandes lojas de departamentos e os shoppings.

Os problemas de saúde também foram destacados, com menos representatividade, pelos diferentes grupos, exceto o da classe A1 que não destacou isso como limite para fazer atividade no tempo livre. Os índices mais altos parecerem nas classes D (7,2%) e E (7,1%).

A variação desse tempo livre na vida dos indivíduos, seja com maior ou menor disponibilidade, pode organizar-se conforme alguns padrões assimilados na sociedade de como se deve dispor o tempo para as diversas atividades e como os indivíduos utilizam e valorizam o sentido do tempo cotidiano para si.

Um outro aspecto a ser destacado se refere ao acesso a espaços públicos de lazer. A classe A1 não apontou o espaço como um problema para a prática do lazer, entretanto, para as demais classes sociais, o acesso ao espaço é uma barreira significativa. Alguns fatores se relacionam a essa limitação como, por exemplo, o local de moradia e o local de concentração de espaços e equipamentos de lazer nas cidades, haja vista que a maioria destes estão concentrados em bairros centrais das cidades, com poucas possibilidades na periferia.

Em pesquisas realizadas por Bahia et al. (2008), sobre os diversos espaços e equipamentos de lazer de Belém-Pará (cinemas, teatros, parques, praças, centros culturais etc.), foi identificada a existência de uma concentração de espaços e equipamentos de lazer nos bairros mais centrais da cidade, tendo apenas as praças como opção mais democraticamente distribuída na região central e nos bairros mais periféricos desse município.

Cabe ressaltar que os espaços públicos podem ser entendidos como áreas de sociabilidade e de lazer, sendo indispensáveis ao cotidiano das cidades, assumindo um papel fundamental para cidadãos de todas as classes. Entretanto, as classes sociais média e alta, vêm atribuindo aos espaços públicos e, à própria cidade, a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em espaços privatizados, em condomínios fechados e em áreas de segunda residência. Por outro lado, para as classes mais pobres, por não possuírem muitas opções, os espaços públicos nas cidades continuam sendo fundamentais para suas práticas de lazer.

A criação e manutenção de espaços públicos de lazer pode ser um potencial instrumento na ressignificação do espaço urbano. Nesse sentido, o Poder Público tem papel primordial na implementação de políticas que sejam capazes de transformar a cidade num espaço ambiental urbano de qualidade, com segurança e equidade no acesso.

Considera-se que o lazer pode ter um importante papel, no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo, de forma a contribuir, efetivamente, com a possibilidade de uma vivência mais rica e prazerosa da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos, além de preservar a identidade dos locais e aumentar o potencial turístico de nossas cidades (MARCELLINO, 2006; BAHIA et al., 2008).

Apesar de todas as dificuldades socioeconômicas, a região norte é a região que possui a principal área de preservação natural do país, haja vista a importância ambiental da floresta amazônica para o clima e o ecossistema, o que ajuda a explicar a baixa densidade demográfica local. Além das riquezas naturais e da diversidade que marca o meio ambiente da região, há a presença de uma rica cultura criada pela população que habita a região.

Seja no meio urbano, seja no campo, a população amazônica desenvolveu costumes, hábitos, ritos, crenças, oriundos do embate cultural vivido no período da colonização e da miscigenação entre a cultura europeia (principalmente portuguesa), afro e indígena. Tal influência surge em várias manifestações da cultura popular da região. Na culinária, as comidas típicas e os frutos regionais; na música e nas danças, o batuque africano e os rituais indígenas marcam várias manifestações; nas lendas e mitos amazônicos, outro elemento forte presente que compõe o cotidiano e os fatos oriundos de sua vivência com a cidade, com o rio e com a mata; na produção artesanal bastante peculiar, destacando-se a cerâmica, as cestarias, os brinquedos, os sachês e perfumarias extraídos de raízes. A produção local e a criação permanente desse artesanato demonstram resistências ao intenso processo vivido de industrialização na região, o qual, por vezes, uniformiza as peças artesanais, as danças, as músicas, a culinária, enfim, os modos de viver (LIMA et al., 2011).

Saber o que gostariam de fazer no tempo livre pode dar indicativos de desejos e necessidades que existem dentro de si, mas que podem ou não ser concretizados. A Tabela 4 demonstra o que as pessoas gostariam de fazer neste tempo.

Tabela 4: Questão sobre o que a pessoas gostariam de fazer no tempo livre

VARIÁVEIS	A1%	A2%	B1%	B2%	C1%	C2%	D%	E%
Ócio		2,8	1,7	2,1	1,4	2,1	2,7	
Turístico	50	49,1	48,2	40,8	44,5	46,1	45,1	42,8
Físico-esportivo		21,6	24,6	25,2	23,1	21,6	15,1	21,3
Artístico		2,8	7,2	5,5	4,7	4,9	2	7,1
Social		5,7	6,3	10,3	9,5	10,4	11,6	28,5
Manual		1,4	0,7	0,9	1,6	0,7	2	
Intelectual		1,4	1	0,5	1	1,5	1,3	
Outros	25	2,8	5,4	4,8	3,9	4,8	5,8	7,1
Nada, faz tudo que deseja		10,1	6,9	8	6,4	7,6	10	7,1
Qualificação: estudo, cursos		4,3	5,4	6,1	7,3	3,4	2	
Não sabe, não respondeu	25	4,3	1,4	1,6	1,7	1,9	5,8	

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Entre todas as opções a que mais se destacou para todas as classes sociais, foi o desenvolvimento das atividades turísticas no seu tempo livre. O desejo por atividades turísticas no tempo de lazer, para a classe social A1, tem relação com a condição financeira das pessoas desse nível social. A condição econômica desse grupo permite cobrir os gastos com moradia, transporte, alimentação e outras necessidades do cotidiano, como também, a realização de passeios e viagens, atividades que dependendo o destino e o tipo de hospedagem exigem um alto investimento econômico.

Para Coriolano (2005, p. 296) o modelo de desenvolvimento econômico mundial

foi planejado para concentrar riquezas e ao fazê-lo produz essa contradição, própria do sistema, que alimenta a vida econômica social e política. Daí por que em qualquer dimensão da vida ela vai se reproduzir seja no mundo do trabalho, no consumo ou na oportunidade de produzir e de usufruir o turismo.

Corroborando com o estudo de Coriolano (2005) destacamos que o acesso habitual da classe A às atividades turísticas se concretiza, pois esse grupo possui, trabalho e renda. O desejo pelo conteúdo turismo como forma de lazer das pessoas das classes sociais menos favorecidas é realidade e estas tentam se incluir. Uma possibilidade é a participação no turismo social e turismo dos trabalhadores que se caracterizam como atividades “adaptadas às condições econômicas dos grupos com pequenos rendimentos, tentam incluir-se na base do sistema” (CORIOLANO, 2005, p. 296).

Em seguida apareceu o gosto em acessar atividades físico-esportivas na faixa aproximada de 23% independentemente da classe. Em terceiro observamos a opção por práticas sociais, seguida das artísticas. A busca por atividades intelectuais e manuais não foi indicado como opção pelas pessoas da classe E.

Entendemos que o não apontamento de interesse da classe A pela maioria das possibilidades de atividades de lazer tem relação com o amplo acesso desse grupo às manifestações ligadas a essas diferentes linguagens.

Em contrapartida, o interesse das demais classes sociais pelas atividades físico-esportivas tem influência de diferentes fatores. Segundo Isayama (2007), o predomínio pelo gosto dessas atividades na realidade das pessoas é decorrente da influência do esporte de alto rendimento, que serve de referência para as pessoas de todas as idades, mas, principalmente para crianças e jovens.

Especificamente no Brasil, conhecido como país do futebol, ocorre a supervalorização, pelos meios de comunicação na propagação dos esportes via programas esportivos, transmissão de jogos ao vivo em diferentes plataformas, situação que desperta ainda mais o interesse das pessoas pelo acesso a essa prática jogando na rua, nos campos de várzea, parques e praças públicas, clubes sociais recreativos corporativos, privados ou públicos. Outro ponto destacado por Isayama (2007) é o fato da prática esportiva e de atividades físicas possibilitar a reunião e a aproximação das pessoas nos treinamentos e competições.

Outro desejo destacado por todas as classes sociais, exceto a A1, é a busca por atividades sociais e artísticas. A primeira, por permitir o contato face a face e o convívio social. As manifestações associativas do estar com o outro, ocorrem em diferentes situações e espaços, como no bate papo na rua, no bar, nas festas, nos locais de práticas físico-esportivas, nos grupos de dança, nas práticas do artesanato, nos momentos de passeios e viagens.

Para Stoppa (2007), essa convivência no tempo do lazer possibilita vivências que favorecem a sociabilidade. Segundo o autor, uma segunda perspectiva pode ser impulsionada, “ligada a classificação de grupos, segundo o tipo de sociabilidade desenvolvida, sejam eles organizados, com a frequência a associações, ou os chamados espontâneos, cuja organização não é estruturada previamente, podendo agir ou desaparecer de uma hora para outra” (STOPPA, 2007, p. 119). As atividades de lazer em que predominam os interesses sociais, permite a busca de saídas para os problemas encontrados no cotidiano das pessoas e dos grupos de interesses.

O acesso às atividades artísticas também é destacado como um interesse de lazer pelas pessoas. Entendemos que as atividades artísticas se caracterizam por exercitar o imaginário (imagens, emoções e sentimentos). A arte sensibiliza, por meio do seu conteúdo estético, configurando a busca da beleza e do encantamento (MARCELLINO, 2002). O interesse pela arte tem relação com o desejo das pessoas em dançar, em cantar, em assistir filmes ou espetáculos de teatro ou dança. Segundo Melo (2007), o acesso às manifestações artísticas não pode ser categorizado a partir das classificações tradicionais de cultura erudita, popular e de massas. Concebemos que o desafio na democratização do lazer consiste em permitir o acesso das pessoas às diferentes manifestações artísticas, sem criar constrangimentos e posturas discriminatórias, ao ponto de fazer o grande público acreditar na hierarquização dessa arte, além de fazer esse público não se julgar “interessado, merecedor ou mesmo possuidor de educação para buscar a arte nos seus momentos de lazer” (MELO, 2007, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a analisar os dados de uma pesquisa nacional mais ampla, sobre o lazer do brasileiro, buscando apresentar a realidade do lazer das pessoas de diferentes classes sociais da região norte do país.

As desigualdades socioeconômicas no Brasil, estão relacionadas à má distribuição de renda, ao nível de instrução e ao acesso ao trabalho e, também, seus reflexos nas práticas de lazer da população, ficam nítidas as diferenças entre as diversas regiões do Brasil.

Os resultados da pesquisa trazem aspectos que demonstram, especificamente, como as pessoas da Região Norte têm vivenciado o lazer, com as especificidades demarcadas pelas diversas classes sociais. Alguns indicadores da pesquisa evidenciam um maior acesso da classe A1 a diversas atividades de lazer, pois estas se tornam mais acessíveis devido as melhores condições financeiras e culturais, como é o caso das turísticas, que para esse grupo se destacou amplamente.

Enquanto para classe E, esta opção nem é cogitada, por algumas razões, como o fator de baixo poder econômico e a falta de disponibilidade de tempo para as práticas turísticas. Essa classe, geralmente, ocupa o tempo dos finais de semana, dos feriados, das férias e até o horário de intervalo entre as jornadas de trabalho, para desenvolverem outro trabalho formal ou informal com o propósito de obter uma renda extra.

O conteúdo turismo, possui uma dimensão que transcende o viés econômico. Nas concepções críticas e atuais sobre a temática, enfatiza-se sua relevância sociocultural, como um elemento de integração entre as regiões e suas diferentes culturas, sendo capaz de gerar

conhecimentos e desenvolvimento pessoal e social. Por conseguinte, as vivências de lazer turísticas assumem um significativo papel para a formação das pessoas.

Por fim, destacamos que o desenvolvimento de políticas públicas de lazer na região norte precisa levar em consideração a possibilidade de fomentar um processo de potencialização da cultura amazônica, dando visibilidade à produção cultural dos sujeitos, tendo como princípio fundamental a garantia do acesso e a produção de práticas que compõem a cultura lúdica da humanidade, como direitos da população de todas as classes sociais, indistintamente.

Para tanto, cabe considerar, que a implementação de políticas públicas de lazer, em qualquer região do Brasil, precisa estar fundamentada em bases sólidas de construções coletivas, democráticas e participativas de todos os sujeitos envolvidos (setor público, setor privado, ongs, sociedade civil), sem perder de vista os aspectos regionais, no que concerne às características econômicas, ecológicas, políticas e socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ABEP. *Critério de Classificação Econômica Brasil*. S. Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa; 2003. URL: <http://www.abep.org/?usaritem=arquivos&iditem=23> Acesso em: 09 de dezembro de 2018.
- ABEP. *Critério de Classificação Econômica Brasil*. S. Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa; 2008. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17096/17096_4.PDF Acesso em: 10 de dezembro de 2018.
- ANDRADE, C. P. de; MARCELLINO, N. C. O Lazer, a Periferia da Metrópole e os Jovens. *Licere*, Belo Horizonte, v.14, n.2, jun/2011.
- BAHIA, M. C.; COSTA, M. C.; CABRAL, D. M.; CUNHA, B. L. Q.; CARAVELAS, D. C. Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, S. L. *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional*. Belém: NAEA / ANPUR, 2008.
- BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém - Pará*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. 300 f.
- BOITO Jr., A. & GALVÃO, A. (org.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo, Alameda. 2012.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. *Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz*. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44.
- CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F. de. O turismo no contexto da sociedade informacional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.4, n.2, p.31-48, ago. 2010.
- CASTRO, E. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (org). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 13-21.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. A exclusão e a inclusão social e o turismo. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Espanha. v. 3, n. 2, 2005. p. 295-304. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf> Acesso em: 15 abr. 2019.
- FIGUEIREDO, S. J. de L.; NOBREGA, W. R. de M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In FIGUEIREDO, S. J. de L.; AZEVEDO, F. F. de; NOBREGA, W. R. de M.; (Orgs). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 11 – 37.
- FORJAZ, M. C. S., 1988. Lazer e consumo cultural das elites. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, n. 6, 1988, p. 99-113. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_06.htm Acesso em: 15 abr. 2019
- GALLERO, L. El Impacto de la globalizacion sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HAMOY, J. A. *Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local em Soure- PA*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018. 199 f.

HIENDELMAYER, C.; SETTE, C.; CARVALHO, L. Investigação do perfil de personalidade em trabalhadores voluntários. *Psic. Rev. São Paulo*, v. 27, n. 1, 199-218, 2018.

IBGE: <https://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>. Acessado em janeiro de 2019.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 31-46.

LIMA, P. C.; MOREIRA, F. S.; DIAS, D. C.; BAHIA, M. C.; ALMEIDA, A. C. P. C.; FONSECA, Z. V. D. Diagnóstico do Acesso ao Esporte e Lazer da População do Estado do Pará por meio das Políticas Públicas. In: SOARES, Á. et al (org.). *Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*. Manaus - AM: EDUA, 2011. p. 130 – 165. 210p

MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2011.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 4 ed. Campinas, Autores Associados, 2006.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. São Paulo: Bertrand, 1978.

MELO, V. A. *A Cidade, O Cidadão, O Lazer e a Animação Cultural*. disponível em: http://grupoanima.org/wp-content/uploads/anim_cult_cidade_livro_licere.pdf. 2008.

MELO, V. M. Arte e lazer: desafios para romper o abismo. In MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 65-88.

OLIVEIRA, H. V. *A prática do turismo como fator de inclusão social*, 2008.

PINTO, L. M. S. M. *Políticas participativas de lazer*. Belo Horizonte, 2009. Mimeografado.

RIBEIRO, C. *Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil*. 2011.

SARGES, M. de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. 212 p.

SANTOS, J. Desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 75 (26): 28-55. 2011.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org.). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

STOPPA, E. A. Associativismo, sociabilidade e lazer. In MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 119-134.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 212 p.

TRINDADE JUNIOR, S. C. *A Cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 366 f.

WEBER, M. “Classe, estamento, partido”. In: *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.